



Inquérito da CABRI sobre as práticas e procedimentos orçamentais para a saúde pública em África

Como os países africanos definem os seus orçamentos da saúde

A CABRI lançou o inquérito sobre as práticas e procedimentos orçamentais para a saúde pública em África na segunda metade de 2019, com vista a entender:

- A formulação, execução e acompanhamento dos orçamentos da saúde
- Como os recursos dos doadores são canalizados e ratreados, e
- O papel dos ministérios da saúde no sector de WASH (água, saneamento e higiene).

Países participantes

O inquérito foi completado por técnicos dos ministérios da saúde e/ou das finanças de 15 países, designadamente: a República do Benim, a República dos Camarões, a República do Chade, a República Democrática do Congo, a República de Côte d'Ivoire, a República da Gâmbia, a República de Guiné-Bissau, o Reino do Lesoto, a República da Libéria, a República das Maurícias, a República Federal da Nigéria, a República das Seicheles, a República de Serra Leoa, a República da África do Sul e a República de Uganda. Está previsto que as constatações do inquérito venham a servir de instrumento para ajudar os governos a aprender uns dos outros e conhecer as lacunas existentes e como ultrapassá-las nos processos de orçamentação de execução.



Os países inquiridos integram um grupo heterogéneo, reflectindo alguma das dispersão dos indicadores socioeconómicos observada em toda a África Subsariana. Os dois países insulares, as Maurícias e as Seicheles, parecem desviar um pouco da norma com um PIB per capita mais elevado e melhores resultados no domínio da saúde do que os outros países. Em termos de despesas de saúde, as Seicheles e as Maurícias podem converter um PIB per capita elevado em despesas públicas elevadas na saúde e em melhores resultados no domínio da saúde.

Por outro lado, quatro dos 10 países na amostra têm o PIB per capita mais baixo do mundo, nomeadamente a República Democrática do Congo, Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau. Os níveis do PIB per capita podem ser reflexo da capacidade do Estado de aumentar as receitas e utilizar estas receitas para as despesas de saúde. Os países com um PIB per capita mais elevado podem utilizar fundos adicionais para fornecer outros bens públicos – como água, saneamento e higiene – que também afectam a situação da saúde. A literatura indica que, nas circunstâncias correctas, uma melhor utilização dos recursos públicos pode levar a melhores resultados de saúde. Não obstante as diferenças no desempenho económico nos países inquiridos, existe espaço para os países melhorarem as práticas de gestão das finanças públicas em prol de melhores sistemas e resultados de saúde.

Constatações

Os resultados do inquérito indicam que, além da contribuição dos ministérios das finanças e da saúde para os processos orçamentais em África, outros intervenientes, como legisladores e doadores parecem colmatar as lacunas, tanto em termos da disponibilidade dos recursos, como a nível da execução.

Doravante, é imperativo que os ministérios das finanças e da saúde trabalhem em estreita colaboração para uma maior afectação de recursos para a saúde e para uma utilização mais eficiente dos recursos em África. De igual modo, é provável que uma melhor coordenação dos processos de orçamentação e execução entre os ministérios da saúde e os doadores aumente a disponibilidade e a utilização dos recursos.

Por último, dado que os ministérios da saúde desempenham o maior papel na higiene no sector de WASH, é provável que beneficiem do envolvimento e da colaboração com as unidades responsáveis pelo desenvolvimento de infra-estruturas e abastecimento de água, de que a eficácia das actividades de higiene e saneamento depende.

É provável que uma melhor coordenação dos processos de orçamentação e execução entre os ministérios da saúde e os doadores melhore a disponibilidade e a utilização dos recursos